

BRASÍLIA FOI IDÉIA DE JOSÉ BONIFÁCIO

Documentos da Biblioteca Maria Idelsé

O ideal de Tiradentes e as pregações de Hipólito em prol de uma cidade no interior central do Brasil, tiveram em José Bonifácio de Andrade e Silva o primeiro homem executivo a incorporar a idéia e lutar para dar-lhe a forma de decisão nacional.

José Bonifácio fez da sua influência política à época, seja como Vice-Presidente de São Paulo seja como Ministro de Estado, uma força a induzir os legisladores brasileiros e transformarem em obrigação legal a interiorização da Capital, criando oportunidade ao Poder Central de concretizá-la dentro do conceito de imperativo e vontade popular. Indicou a posição do Paralelo 15, sugeriu a região planáltica mineira da comarca de Paracatu, recomendou os meios necessários de como executar o projeto, justificou a necessidade e a importância e a utilidade nacional, e até propôs nome à nova Capital: Petrópole ou Brasília.

PRESENÇA DE BONIFÁCIO

A primeira interferência de José Bonifácio em favor da mudança da Capital para o interior ocorreu ainda no Brasil Colônia, em 1921, quando organizou e redigiu, na qualidade de Vice-Presidente do Governo Provisório de São Paulo, as "Instruções aos Deputados à Corte de Lisboa".

Tais "Instruções", que passaram à História com o título de "Lembranças e Apontamentos", foram aprovadas pelos membros do Governo Provisório paulista, em outubro, e aceitas, em novembro, pelo Príncipe D. Pedro. Nelas, nos itens 9 e 10, os paulistas recomendavam aos seus representantes em Lisboa a proposição de uma Capital no interior central do Brasil, definindo sua posição geográfica, as principais obras públicas previstas e a instalação, ali, dos poderes públicos.

PARALELO 15º

Ao recomendar como sendo "muito útil que se levante uma Cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência", o documento elaborado por José Bonifácio posiciona o local dessa Cidade ao sugerir que "poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus". Este posicionamento oferecia uma linha meridiana mas, ao propor "pouco mais ou menos 15 graus", dava uma elasticidade quanto à precisa escolha do local, podendo, assim, oscilar pouco para o Norte ou pouco para o Sul.

Na mesma época e noutro trabalho expondo suas "Idéias sobre a Organização Política do Brasil, quer como Reino Unido a Portugal quer como Estado independente", Bonifácio também se refere à interiorização da Capital e à sua localização. Embora anteriores às Instruções, essas idéias só foram divulgadas em 1888, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por iniciativa de Alencar Araripe que, em 1844, descobriu os manuscritos entre papéis avulsos do espólio de Bonifácio e os copiou.

Uma das idéias de José Bonifácio sobre a Organização Política do Brasil era a de "criar uma cidade central do interior do Brasil para assento da Regência, que poderá ser em 15º de latitude, em sítio sadio, ameno, fértil, e junto a algum rio navegável".

ANTEVISÃO DA NOVA CAPITAL

Ainda nas mesmas Instruções de 1821, o seu redator justificou a utilidade de uma Cidade central para Capital, ante a ocupação demográfica das regiões interioranas despovoadas, o melhor ordenamento administrativo e o desenvolvimento das atividades do comércio interno, ao assim instruir os deputados paulistas:

"Desto modo, fica a Corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa; e se chama para as Províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta Corte central deverá-se logo abrir estradas para as diversas Províncias e portos de mar para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as Ordens do Governo, e se favoreça, por elas, o comércio interno do vasto Império do Brasil.

E, orienta, a seguir:

"Nesta Cidade central ou no assento da Corte ou da Regência, além de um Tribunal Supremo de Justiça e um Conselho de Fazenda, se criará, igualmente, uma Direção-geral da Economia Pública, composta de diferentes mesas, que tenham a seu cargo vigiar e dirigir as obras de pontes, calçadas, aberturas de canais etc; minas e fábricas mineiras, agricultura, matas e bosques, fábricas e



José Bonifácio de Andrade e Silva

manufaturas. A este novo Tribunal se dará um regimento sábio e adequado.

DIVERGÊNCIAS

O ideal proposto nas Instruções aos deputados brasileiros representantes de São Paulo não logrou, contudo, o êxito de transformar-se em dispositivo legal através de um dos Artigos Adicionais à Constituição Portuguesa referentes ao Brasil, face aos fatos históricos conhecidos, entre os quais as suspeitas da Corte de que, no Brasil, D. Pedro favorecia as aspirações liberais dos brasileiros, o que criava, em Portugal, um clima de hostilidade aos deputados brasileiros.

Mesmo assim ante um ambiente de opressão política, aquelas Instruções foram obedecidas e defendidas, em Lisboa, pelos deputados brasileiros, os quais propuseram a inclusão nos Artigos Adicionais à Constituição, do seguinte dispositivo:

"O Congresso brasileiro ajuntar-se-á na capital, onde ora reside o Regente do Reino do Brasil, enquanto se não funda no centro daquele uma nova capital...

NO BRASIL IMPÉRIO

No primeiro momento do Brasil independente e do qual foi o seu primeiro Ministro, José Bonifácio volta a intervir em favor da interiorização da Capital ao encaminhar à Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823, uma Memória sobre "a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova Capital para assento da Corte, da Assembléia Legislativa e dos Tribunais Superiores".

Essa Memória foi recebida pelo Secretário da Assembléia, deputado Souza França, em sessão de 9 de junho (à qual Bonifácio estava presente), "com agrado", e encaminhada às Comissões de Estatística e Constituição.

O NOME BRASÍLIA

Dirigindo-se aos constituintes do Brasil Império, José Bonifácio se expressa de forma enfática:

"Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova Capital do Império no interior do Brasil para assento da Corte, da Assembléia Legislativa, e dos Tribunais Superiores, que a Constituição determinar.

A seguir, oferece um nome para a nova Capital:

"Esta Capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília.

A propósito, uma publicação anônima feita um ano antes, em 1922, em forma de panfleto, defende a interiorização da Capital e sugere até o nome Brasília. Não se conhece a sua origem. Alguns tem dito sem qualquer indicio ou confirmação, tratar-se de um deputado, o seu autor. Contudo, oficialmente o nome Brasília surgiu, pela primeira vez na História, por iniciativa de Bonifácio.

SEGURANÇA E POVOAMENTO

Justifica, então, José Bonifácio a sua proposição:

"Disse que esta cidade era não só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões em que me fundo.

"Sendo ela central e interior, fica o assento do Governo e da Legislação livre de qualquer assalto ou surpresa feita por inimigos externos.

"Chama-se para as Províncias do sertão o excesso de povoação sem emprego das cidades marítimas e mercantis.

DESENVOLVIMENTO INTERIOR

Referindo-se, por outro lado, às possibilidades de desenvolvimento interno do País com a presença de Brasília no interior central é ainda daquele documento de 1823, a seguinte declaração:

"Como esta cidade deve ficar, quanto possível, equidistante dos limites do Império, tanto em latitude como em longitude, vai-se abrir deste modo por meio das estradas que devem sair deste centro como raios, para as diversas Províncias e suas cidades interiores e marítimas, uma comunicação, e de certo criará em breve giro de comércio interno da maior magnitude, vistos a extensão do Império, seus diversos climas e produções.

UNIDADE NACIONAL

Outra justificativa de José Bonifácio: "Ainda há outro objetivo político, que aconselha essa medida muito útil e necessária, e vem a ser que deste modo

acabam todas as rivalidades e pretensões, que podem ter as capitais das diversas Províncias, que não querem ceder o direito da Corte ao Rio de Janeiro. Demais sendo a comunicação marítima entre o Rio de Janeiro ou mesmo Bahia, se esta passasse a ser a Capital do Império, com os portos do Maranhão e Pará muito longe e difícil por causa do lançamento e situação das costas e pelas monções, todos esses embarços e dificuldades cessarão pelas comunicações internas da nova Capital por meio das estradas já montadas, por onde circulariam em toda a prontidão e regularidade as ordens do Governo.

PARACATU, O LOCAL

Indaga Bonifácio onde acharemos este ponto central que corresponda a todos os fins propostos. E, é ele mesmo quem responde:

"Examinando-se a costa geral do Brasil, recolhidas todas as notícias topográficas que puderem alcançar, eu julgo que a natureza já assinalou o distrito em que ela se deve edificar. A Comarca de Paracatu é aquela que a natureza indica pela sua latitude e posição geográfica, pela fertilidade do seu torrão, pela salubridade do seu clima e pelas mais vantagens que oferece ao comércio e à comunicação recíproca das diversas Províncias com a Corte. Pelos muitos rios que ali nascem ou se cruzam e engrossam pode ela ter comunicação fluvial com as Províncias de Goiás, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Porto Seguro e Espírito Santo. Pelos rios Preto, Santa Rita, e Paraná pode-se passar ao Tocantins e vai-se ao Amazonas. Pelos rios Jequitinhonha e Araguaia (os quais reunidos formam o chamado Rio Belmonte), abre-se a comunicação com a Província da Bahia e do Rio de Janeiro.

SÍTIOS APROPRIADOS

Quanto ao preciso e exato local da comarca de Paracatu no qual se deveria edificar a nova Capital, Bonifácio teve a seguinte opinião em 1823:

"A escolha final do local só pode decidir-se exatamente depois de trabalhos geodésicos e sanitários de uma comissão composta de engenheiros, médicos e arquitetos, que levante a planta do terreno e examine as circunstâncias locais que o devem fazer digno de tal categoria.

Apesar deste ponto de vista, José Bonifácio não se esquivou em oferecer uma sugestão:

"Todavia, seja-me permitido apontar desde já algumas posições particulares por onde devem começar este exame. Os sítios que me parecem mais apropriados são: 1º, as vizinhanças da confluência do rio das Velhas com o São Francisco; 2º, as vizinhanças em que o rio Preto se reúne ao de Paracatu; 3º, finalmente, um local qualquer da península que forma os rios de São Francisco do Ouro e de Paracatu.

MEIOS PARA REALIZAR

Sobre o plano de edificação da cidade e a forma de executá-lo é assim esboçado por José Bonifácio:

"Apesar da utilidade desta nova



Capital, nada teríamos conseguido se não indicássemos os meios necessários para a realização deste projeto; assinalar os bairros que cada Província deve edificar, ficando-se então livre de vender ou arrematar esses prédios urbanos, conforme lhe parecer mais conveniente ou lucrativo.

E como esta cidade -acrescenta o seu idealizador - não se pode nem se deve edificar toda de repente, mas progressivamente, os cabedais necessários vão também progressivamente aparecendo e facilitando-se. Há um princípio de economia que logo que se oferecem vantagens certas aos especuladores, nunca faltam os cabedais precisos para semelhantes empresas.

CONFIANÇA NO POVO

Concluindo o seu raciocínio e sugestões sobre o ideal da nova Capital, lança José Bonifácio a sua mensagem de fé e confiança na capacidade realizadora do povo brasileiro:

"Em suma, nunca faltam meios quando um povo rico e generoso, como o brasileiro, toma a peito empresas de honra e utilidade nacional. Pelas razões políticas e mercantis acima apontadas, julgo que esta minha lembrança não desmerecerá o benévolo acolhimento das luzes e sabedorias da nossa Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, mormente em um tempo em que os espíritos pela exaltação em que se acham desejam e precisam ser ocupados em empresas grandes e úteis.

A BOA SEMENTE LANÇADA

Malgrado o extraordinário alcance da proposição de José Bonifácio de autotransmissão do território interior brasileiro e da propriedade e lucidez patriótica com que propôs os meios de como edificar a nova Capital, a Memória do Primeiro Ministro brasileiro não obteve o êxito que esperava. Primeiro, em virtude da queda de Bonifácio do Ministério, em julho de 1823, vítima de oposição político-partidária. Segundo, face à dissolução da Assembléia Constituinte, em 12 novembro do mesmo ano, pelas dificuldades e tensões entre os dois Poderes - o Real e o Legislativo -, não sendo aprovado o projeto da Constituinte. Em consequência, a Constituição foi outorgada e não tratou do assunto nova Capital.

Contudo, a boa semente ficou lançada e, dez anos depois, a proposição de Bonifácio voltou ao cenário nacional com a aprovação de requerimento do deputado e magistrado Ernesto Ferreira França (de Pernambuco), mandando imprimir a "Memória" de José Bonifácio à Constituinte de 23, que, à época, não foi transcrita nos Anais (apenas citada) nem impressa.

137 ANOS DEPOIS, BRASÍLIA

Os ideais propostos e a conceituação de José Bonifácio de Andrade e Silva sobre a utilidade e necessidade de uma nova Capital no interior do Brasil foram, notoriamente, marcantes na história do movimento mudancista da sede do Governo brasileiro para as regiões centrais brasileiras.

Seus argumentos e planos, expostos notadamente em dois momentos significativos da vida nacional - em 1821, no Brasil Colônia, junto aos deputados paulistas da representação brasileira em Lisboa, e em 1823, já no Brasil Império, perante a Assembléia Constituinte e Legislativa brasileira -, serviram de base e doutrina, ao lado da idéia de Tiradentes e das argumentações de Hipólito, para todo o processo reivindicatório e de providências efetivas em favor da mudança e interiorização da Capital desenvolvido ao longo do Brasil Império e durante 71 anos do Brasil República, envolvendo escritores, jornalistas, parlamentares, artistas, geógrafos, militares ilustres, técnicos e presidentes nacionais, e cuja concretização de ideal se efetivou a 21 de abril de 1960 pelas mãos do Presidente Juscelino Kubitschek, que não esqueceu de dar à cidade o nome proposto por José Bonifácio, 137 anos antes: Brasília.

... de comestíveis, e ... comunicação co-
... de e de beira mar, requerem que esta Universidade
... de São Paulo, que tem já Edifícios próprios para as di-
... aculdades nos Conventos do Carmo, S. Francisco e dos Ben-
... penas habitados por hum ou dois Frades quando muito.

9.º Parece-nos também muito útil que se levante huma Cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regencia, que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum Rio navegavel. Deste modo fica a Corte ou assento da Regencia livre de qualquer assalto e surpresa externa; e se chama para as Províncias centrais o excesso da Povoação vadia das Cidades marítimas e mercantis. Desta Corte central deverá-se logo abrir Estradas para as diversas Províncias e Portos de mar; para que se comuniquem, e circulem com toda a prontidão as Ordens do Governo, e se favoreça por ellas o Commercio interno do vasto Imperio do Brasil.

10.º Nesta Cidade central ou no assento da Corte ou da Regencia, além de hum Tribunal Supremo de Justiça, e hum Conselho de Fazenda, se criará igualmente huma Direcção geral de Economia Publica, composta de diferentes Mezas, que tenham a seu cargo vigiar e dirigir as obras de Pontes, calçadas, aberturas de Canaes; &c. minas e Fabricas mineiras, Agricultura, matas e Bosques, Fabricas e manufacturas. A este novo Tribunal se dará hum Regimento sabio e adequado.

11.º Considerando quanto convém ao Brasil em geral, e a esta Província em particular, que haja huma nova legislação sobre as chamadas smarias, que sem augmentar a Agricultura, como se pertendia, nem estreitado e difficultado a Povoação progressiva ha Sesmeiras, e mais legoas quadradas e arvãos, que não só

Fac-símile dos itens 9 e 10 das "Instruções do Governo Provisório de São Paulo", no Brasil Colônia, instruindo seus deputados à Corte de como tratar os negócios referentes ao Brasil, cuja minuta foi elaborada por José Bonifácio e que passaram à História sob o título de "Lembranças e Apontamentos".